

A Acentuação do Pretérito Imperfeito do Indicativo em Castro Laboreiro e a sua segmentação morfológica em Português¹

Elisabete Soalheiro

Instituto de Linguística Teórica e Computacional

Em Castro Laboreiro observam-se sistematicamente formas de P4 de Imperfeito do Indicativo acentuadas diferentemente das do PE standard². Na verdade, o sistema acentual de formas verbais como *estávamos* [ʃta'βamuʃ] ou *falávamos* [fele'ramuʃ] lembra uma das variantes acentuais do sistema galego. Vejam-se as formas exemplificadas no quadro abaixo, retiradas do *corpus* analisado:

VT /a/	<i>cantar</i>	[kãta'βemuʃ]	<i>cantávamos</i>
VT /e/	<i>saber</i>	[ʃebi'emuʃ]	<i>sabíamos</i>
VT /i/	<i>dormir</i>	[dormi'emuʃ]	<i>dormíamos</i>
Verbos Irregulares	<i>fazer</i>	[fezi'ɐmuz]	<i>fazíamos</i>
	<i>sair</i>	[ʃei'emuʃ]	<i>saíamos</i>
	<i>ir</i>	[i'emuʃ]	<i>íamos</i>
	<i>ter</i>	[ti'ɐmuʃ]	<i>tínhamos</i>
	<i>vir</i>	[βi'ɐmuz]	<i>vínhamos</i>
	<i>dar</i>	[da'βɐmuz]	<i>dávamos</i>
	<i>estar</i>	[ʃta'βɐmuʃ]	<i>estávamos</i>

Quadro 1 – Formas de Pretérito Imperfeito do Indicativo atestadas em Castro Laboreiro³

¹ Os dados de Castro Laboreiro foram retirados de um *corpus* constituído com vista à elaboração da dissertação de mestrado *Flexão Verbal em Português Europeu: Estudo de padrões flexionais no Português falado no Norte de Portugal com elementos de comparação com o Galego*, realizada no âmbito do projecto “Estudo das variantes flexionais do verbo em PE” (CLUL), coordenado por Maria Antónia Mota. Este *corpus* foi constituído a partir dos inquéritos dialectais realizados pelo Grupo de Dialectologia do CLUL. As gravações de Castro Laboreiro datam de 1989.

² Referimo-nos apenas às formas de P4 (1ª pessoa do plural), uma vez que não dispomos de dados para P5 (2ª pessoa do plural) no *corpus* analisado; contudo, julgamos que o padrão acentual registado em Castro Laboreiro para as formas de P4 se estenderá também a P5 (como, aliás, acontece, de forma geral, em Galego).

³ As formas pretendem exemplificar o padrão acentual verificado, optando-se por dar apenas um exemplo de cada conjugação. Para mais detalhes acerca, por exemplo, da sua relevância em termos quantitativos, veja-se a dissertação referida na nota 1.

Castro Laboreiro situa-se numa zona fronteiriça com o Galego, o que levanta a questão de saber se estas formas serão melhor descritas e explicadas dentro do sistema do Português Europeu (doravante PE) ou do Galego, onde coexistem ambas variantes acentuais. Em qualquer dos casos, partindo do princípio de que “não existem línguas que apresentem duas variantes com sistemas acentuais diferentes” (cf. Andrade 1996a: 169), urge explicar estas variantes.

Partindo do princípio de que o PE acolhe variantes, estas formas serão explicáveis dentro do sistema desta língua, e, a ser assim, é esperável que possam ser contempladas pelas análises que têm sido propostas para esta língua. É neste sentido que se procuram reunir evidências que apoiem a inclusão destas formas variantes no sistema do PE, nomeadamente recorrendo a: dados da diacronia, dados de outras línguas românicas, dados do Galego e análises acentuais propostas para o PE. Finalmente, e dado que a segmentação morfológica destas formas tem sido descrita por alguns autores como estando directamente relacionada com a sua análise acentual, constitui objectivo deste artigo tentar determinar até que ponto os dados de Castro Laboreiro apoiam (ou não) determinada(s) análise(s) morfológica(s) propostas para o Pretérito Imperfeito do Indicativo.

É consabido que se deu o recuo do acento nas formas de P4 de Pretérito Imperfeito do Indicativo na passagem do Latim para as línguas românicas, recuo esse que, de acordo com as gramáticas históricas, se terá sido devido à influência analógica das restantes formas, cuja sílaba acentuada é aquela em que figura a vogal temática. Assim, na passagem do Latim para o Português, ter-se-á dado um recuo do acento nas formas de P4 e P5 (*amabāmus* > *amávamos*)⁴, recuo que teve também lugar no Castelhana e no Catalão⁵, mas não no Galego⁶ ou no Italiano⁷, por exemplo.

No que diz respeito à situação do Galego, na realidade existe variação entre a acentuação na vogal temática ou no sufixo temporal, como se pode verificar no mapa 1⁸. Na verdade, no conjunto das línguas românicas, e no que à acentuação do Imperfeito do Indicativo diz respeito, várias são as soluções adoptadas. Assim, o mais frequente é ser acentuada a vogal temática, por vezes o sufixo temporal, e ainda, em alguns casos, a vogal temática ou o sufixo temporal, de acordo com as conjugações ou as pessoas verbais⁹.

No que diz respeito ao Português, já Leite de Vasconcellos mencionara o Norte de Trás-os-Montes, destacando Vinhais e algumas localidades da região

⁴ Cf. Huber ((1933) 1986: 263, § 394); Williams ((1891)1991: 174, § 154); Nunes ((1919) 1989: 36, § 13c).

⁵ Cf. Iliescu & Mourin (1991: 200-1).

⁶ Considerado genericamente. Cf. Garcia de Diego (1984: 76); Alvarez et al. (1989: 313).

⁷ Cf. Iliescu & Mourin (1991: 217).

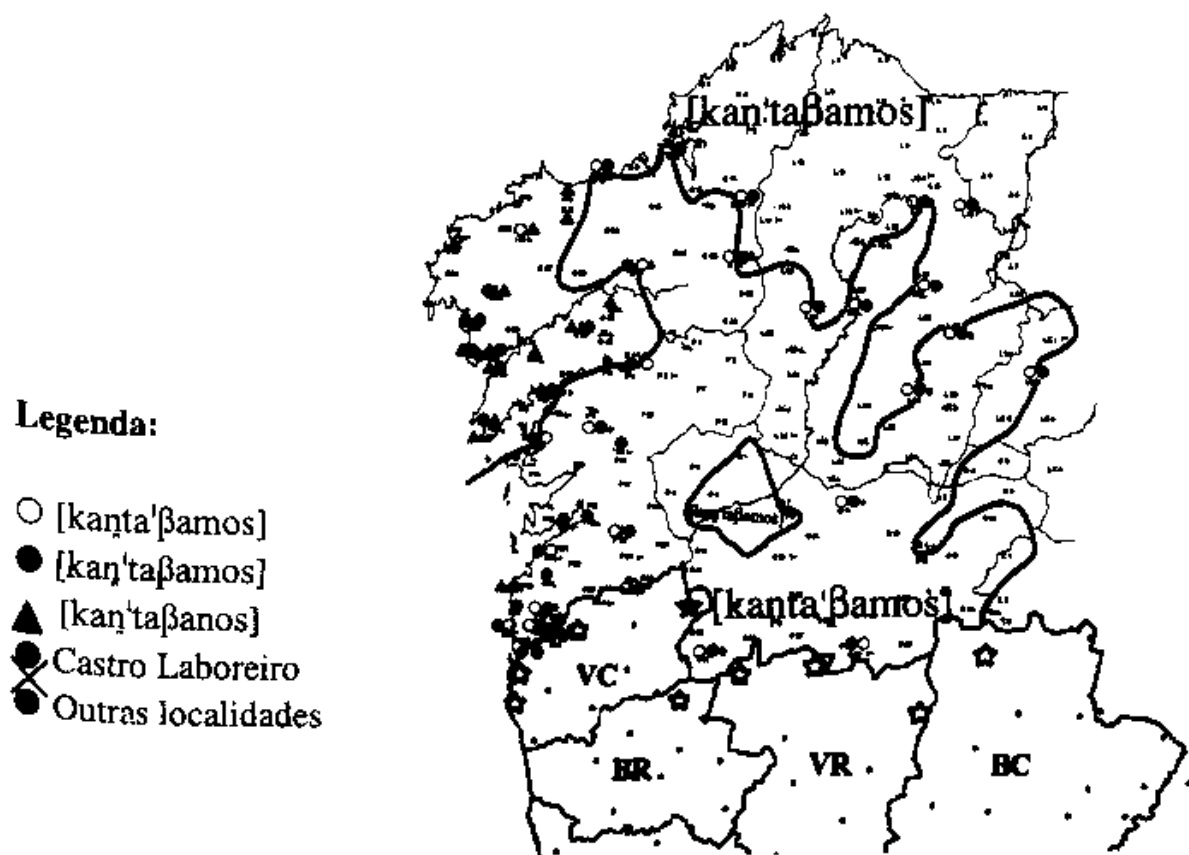
⁸ O mapa 1 abaixo, construído com base no mapa 4 do *ALGa*, mostra-nos que, embora [kaŋta'βamoš] seja a forma mais genérica no Sul da Galiza, várias localidades junto à fronteira exibem as duas variantes: [kaŋta'βamoš] e [kaŋ'taβamoš].

⁹ Cf. Iliescu & Mourin 1991: 224.

fronteira do Minho, como zona onde se observariam formas do Imperfeito do Indicativo cuja acentuação seguiria o Latim (Vasconcellos (1901) 1987: 112); fenómeno igualmente assinalado em Soajo, mas como de ocorrência esporádica (Pereira 1970: 115).

Na análise de um conjunto de dados de localidades situadas ao longo da faixa fronteiriça nortenha portuguesa e assinaladas no mapa 1 abaixo, apenas em Castro Laboreiro se observou a existência das variantes acentuais acima referidas.

No mapa que se segue, é possível observar a localização geográfica de Castro Laboreiro, bem como a das restantes localidades analisadas, onde não foram atestadas formas análogas. O mapa, construído a partir do mapa 4 do *AlGa*, reproduz ainda a distribuição das variantes galegas de P4 para o “indicativo co-pretérito”, tempo verbal galego correspondente ao Pretérito Imperfeito do Indicativo português, permitindo a observação da variação encontrada no Galego e ainda a comparação entre as formas portuguesas e as galegas.



Mapa 1 – Mapa das localidades analisadas ao longo da faixa fronteiriça nortenha portuguesa e atestação das variantes acentuais galegas de P4 para o tempo verbal galego correspondente ao Pretérito Imperfeito do Indicativo português

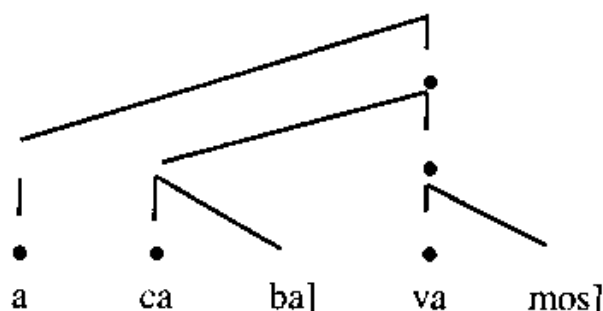
No que diz respeito às análises acentuais que têm sido propostas para o PE, Mateus & Andrade (2000: 119) apresentam as seguintes regras de acentuação:

(1) $V \rightarrow [+ac] / [_] C_0 V C_0\#]_{N,A}$

(2) $V \rightarrow [+ac] / [_] ((+C V) C_0 V) C_0\#]_V$

Ou seja, face às formas de P4 e P5 de Pretérito Imperfeito e Mais-Que-Perfeito do Indicativo e Imperfeito do Conjuntivo, torna-se necessário estipular uma regra de excepção que se aplica apenas no sistema verbal (2), sendo de realçar que a primeira regra (1) daria conta das formas de Castro Laboreiro, o que reforça a ideia de que a acentuação variante atestada nesta localidade não é excepcional dentro do sistema acentual do PE; bem ao contrário, é conforme às regras gerais de acentuação da língua¹⁰.

Em análises acentuais posteriores – Andrade ((1988) 1994) no quadro da teoria métrica e Andrade e Laks (1992) adoptando o modelo Só Grelha, por exemplo – a acentuação proparoxítona destas formas continua a ser problemática, porque excepcional: “Os esquemas antepenúltimos levantam evidentemente um problema visto que a ancoragem por defeito da onda rítmica só pode produzir acentuações penúltimas” (Andrade e Laks 1992: 24). Assim, também à luz destas análises, a acentuação observada em Castro Laboreiro não necessita de fazer apelo a noções como extrametricidade ou cavados lexicais pré-atribuídos, noções de excepção que permitem obter acentuações antepenúltimas. É assim que uma representação como (3), exemplificada como incorrecta para o PE padrão em Andrade ((1988) 1994: 120), descreve as formas de Castro Laboreiro:



(3) Derivação da forma de P4 Pretérito Imperfeito no quadro da Teoria Métrica

¹⁰ A posição acentual não marcada do Português é na penúltima sílaba. No que diz respeito ao sistema verbal, e tirando as formas de Futuro e Condicional, todas as formas são acentuadas na penúltima sílaba à excepção de P4 do Imperfeito e Mais-que-Perfeito do Indicativo e Imperfeito do Conjuntivo – relativamente a P1 e P3 de Pretérito Perfeito do Indicativo, lembremos que existe fusão entre a VT e a vogal do sufixo, pelo que a vogal fonológica portadora de acento é a penúltima a contar do fim. É possível pensar que o padrão acentual observado em Castro Laboreiro exhibe fortes restrições relativamente ao acento no sistema verbal, pelo que o acento não poderá ir além da penúltima sílaba.

Nesse mesmo trabalho, o autor refere algumas realizações variantes de formas do Conjuntivo Presente produzidas por falantes nativos do Português, referindo que “Que certos locutores produzam formas, no Presente do Conjuntivo, como cômamos, bêbamos, fálemos, em vez de comamos, bebamos, falemos (...) é sem dúvida resultado de eles considerarem a vogal como extra-métrica.” (Andrade (1988) 1994: 128, nota 16).

O que propomos que acontece em Castro Laboreiro é precisamente que a marca temporal do Pretérito Imperfeito do Indicativo não seja considerada extra-métrica (ou interpretada como cava lexical) e, como tal, receba acento.

Na verdade, quando consideradas numa perspectiva histórica e no seio do espaço românico, as formas de P4 de Pretérito Imperfeito do Indicativo em Castro Laboreiro são conservadoras e manifestam acentuação análoga a uma das variantes galegas, acentuação essa que poderá ser favorecida pelo contacto linguístico. Contudo, a acentuação destas formas verbais, que exibem o padrão acentual não-marcado da língua, pode (e deve) ser descrita no seio do sistema acentual do PE, nomeadamente recorrendo às análises que têm sido propostas para o PE padrão.

As formas de P4 de Imperfeito do Indicativo em Castro Laboreiro mostram que a marca temporal não é interpretada como extra-métrica/ cava lexical e, como tal, recebe acento, pelo que, face a estes dados e baseando-nos em análises anteriores propostas para o PE, é possível afirmar o seguinte:

- o apagamento da VT restringe-se aos tempos presentes: a VT não é suprimida nos tempos passados (cf. Mateus & Andrade 2000: 75, afirmação suportada pelos dados de Castro Laboreiro (cf. Quadro 1));
- a VT nem sempre é acentuada nos tempos passados (contrariamente ao que é defendido em Mateus & Andrade 2000: 77, e de acordo com os dados de Castro Laboreiro (cf. Quadro 1));
- a VT não é apagada ainda que não receba acento (cf. dados de Castro Laboreiro, Quadro 1), o que significa que não é possível fazer depender a queda da VT da consideração de que a vogal do sufixo seja ou não extra-métrica/ traga ou não uma cava lexical pré-atribuída (cf. Mateus & Andrade 2000: 77: “As this vowel is a lexical trough, that is, unstressable in past tenses, the TV is not deleted and gets the stress”).

Quais são as implicações destas afirmações no que diz respeito às segmentações morfológicas que têm vindo a ser propostas para as formas do Pretérito Imperfeito do Indicativo?

Resumamos algumas propostas relativamente aos sufixos TMA para estas formas verbais, bem como os argumentos em sua defesa:

Sufixo TMA Pretérito Imperfeito		Autores
1ª Conjugação	2ª e 3ª Conjugações	
	/va/	<ul style="list-style-type: none"> • Mateus (1975); • Andrade (1977); • Mateus et al. ((1982)1994)
/va/	/ia/	<ul style="list-style-type: none"> • Mateus & Andrade (2000)
/va/	/a/	<ul style="list-style-type: none"> • Parkinson (<i>in</i> Harris 1988) • Iliescu & Mourin (1991)

Quadro 2 – Resumo de algumas propostas de segmentação morfológica do Pretérito Imperfeito do Indicativo

Afastada a primeira hipótese (/va/ para as três conjugações) – aliás pelos próprios autores, que em trabalho mais recente a já não defendem (cf. Mateus & Andrade (2000)) – que implicaria uma queda de consoante, segundo Andrade (1977) historicamente motivada (dado provir do sufixo latino, e que em Português se deu a queda de -v- intervocálico), Mateus & Andrade (2000) propõem /ia/ como sufixo temporal para as 2ª e 3ª conjugações do Pretérito Imperfeito Português, tendo em conta, decerto, entre outros, fenómenos como os observados em pares do tipo *passeio/passear*.

A análise destas estruturas e, nomeadamente, do comportamento de /e/ é relevante, sobretudo no que diz respeito à análise das formas de Imperfeito do Indicativo dos verbos pertencentes à 2ª conjugação (ex. *bater*), uma vez que é possível questionarmo-nos acerca da Vogal Temática (VT) presente nessas formas: /e/, que se realiza como [i], ou /i/ (com neutralização da oposição entre 2ª e 3ª conjugações, tal como acontece, por exemplo, no caso do Particípio Passado (cf. *amado* vs. *batido*, *partido*)), designadamente tendo em atenção formas como as atestadas em castro Laboreiro, cuja acentuação é conforme ao padrão não-marcado do PE e que apresentam uma vogal temática não acentuada realizada [i] nos verbos da segunda conjugação (cf. Quadro 1: *sabíamos* [ʃəbi'ɐmʊʃ]).

No que diz respeito, então, a estruturas do tipo *passeio/passear*, defendem Mateus & Andrade que o /e/ subjacente ditonga quando acentuado, sendo a glide resultado da ramificação do núcleo, pelo que este será um ditongo leve; defendem ainda, relativamente ao sistema verbal, e nomeadamente em relação às formas rizotónicas, que a ditongação é consequência da formação da palavra, ou seja, da junção da vogal morfemática à raiz (cf. Mateus & Andrade 2000: 57 e 80).

A inserção de glide palatal [j] para quebrar o hiato entre duas vogais, quando a primeira é acentuada, foi descrita, entre outros, por Mateus (1975), Andrade (1977), Mateus & Andrade (2000) e Vigário (2001).

De acordo com Mateus (1975:35), a primeira vogal (V1), para além de acentuada, será [-alt, -rec] (ou seja, /e/), e a segunda vogal (V2) [-alt, -rec]. Revendo esta proposta, Vigário (2001: 89 e sgs) conclui contudo – baseada, entre outras, em

formas de verbos em *-ear* (P1 e P4 do Presente do Conjuntivo: *passeie, passeemos*) – que a única restrição relativamente a V2 será o facto de esta vogal ser, em todos os casos [-nasal]¹¹, e que este processo não aparenta ter quaisquer constrangimentos morfológicos, ao contrário do que é proposto por Mateus & Andrade (2000). Sendo um processo que não opera entre palavras, Vigário (2001) defende tratar-se de um processo lexical cuja aplicação tem como domínio a palavra prosódica.

Ocupemo-nos então um pouco mais de pares como: *passear* [j] / *passeio* [ˈej] e *areal* [j] / *areia* [ˈej], e da sua relação com a representação do sufixo de Pretérito Imperfeito para os verbos da 2ª conjugação.

Poder-se-ia pensar – à semelhança do que é defendido por Mateus & Andrade 2000 – que este processo de ditongação fosse morfológicamente motivado, o que não parece acontecer, uma vez que, por um lado, a ditongação só se verifica quando a vogal /e/ em causa é acentuada; e por outro lado, a ditongação tem (ou não) lugar independentemente da qualidade morfológica da vogal que se junta à raiz:

- (1) *areia* are+a_{marca de classe}
- (2) *areal* are+al_{sufixo derivacional}
- (3) *passeio*_N passe+o_{marca de classe}
- (4) *passeio*_V (P1 Pres. Ind.) passe+a_{VT+O}
- (5) *passeei*_V (P1 Pret. Perf. Ind.) passe+a_{VT+i}

Olhando para os exemplos acima, constatamos que, em (1) e (3), a vogal morfemática é, de facto, em ambos os casos, marca de classe/ sufixo flexional e o acento recai no /e/, dando origem a ditongação, mas, de acordo com análises anteriores, isso acontece porque as marcas de classe ‘não contam’ como unidades acentuáveis (cf. Andrade ((1988) 1994)). Já em (2), /e/ não ditonga, uma vez que a acentuação é idêntica à de palavras como *amor, hospital* ou *rapaz*: i.e., não existindo vogal após o radical derivacional¹², a última vogal deste constitui por si só um pé acentual¹³.

Já os exemplos (4) e (5), cuja vogal morfemática que se junta à raiz é do mesmo tipo em ambos os casos (Vogal Temática), mostram diferentes realizações de /e/, o que parece favorecer o argumento de a realização de /e/ ser devida, justa-

¹¹ A autora distingue este processo (lexical) de inserção de glide de um outro processo de inserção de glide, opcional e pós-lexical, que ocorre em formas como *dêem, lêem* ou *vêem*, por exemplo ([eẽj]–[ejẽj] na variedade de Lisboa), uma vez que (e para além deste processo ser opcional), defende, a silabificação desta última glide – que tende a ser silabificada no ataque da sílaba que segue /e/ – contrasta com a da glide que é inserida para quebrar um hiato entre duas vogais orais (cf. *areia*), caso em que (de acordo com Mateus & Andrade 2000: 75) a glide pertence à rima da sílaba junatamente com /e/, como, aliás se pode verificar na representação de *passeio* dada acima.

¹² Entenda-se Radical Derivacional, neste contexto, como ‘o que resta da palavra após lhe serem retiradas as marcas de classe e número’ (cf. Andrade ((1988) 1994: 110)).

¹³ Veja-se Andrade ((1988) 1994), para uma descrição pormenorizada da acentuação, no qual nos baseamos e de onde são retirados alguns dos exemplos apresentados.

mente, ao lugar do acento e não à qualidade da vogal morfológica que se junta à raiz. É necessário, contudo, não esquecer que estamos num caso perante o apagamento da VT (exemplo (4)) – processo lexical morfológicamente condicionado – e noutro caso não (exemplo (5)), de novo segundo as já referidas análises. (5) mostra ainda que no Pretérito Perfeito do Indicativo o acento recai sobre a VT.

Observem-se agora os exemplos seguintes:

- (6) *batia* (P1 Pret. Imperf. Ind.) bat+e_{VT}+ia sufixo TMA
 (7) *bati* (P1 Pret. Perf. Ind.) bat+e_{VT}+i sufixo TMA

Uma forma como (6) *batia* merece o seguinte comentário por parte de Mateus & Andrade: “the theme vowel is followed by the vowel of the suffix. As this vowel is a lexical through, that is, unstressable in past tenses, the TV is not deleted and gets the stress. In the second paradigm, the stressed theme vowel /e/ becomes [i]. The two adjacent high vowels fuse” (Mateus & Andrade (2000: 77)). Quanto a uma forma como (7), afirmam os autores: “Again, as in the imperfect, the stressed theme vowel of the /e/ verbs becomes [i], and the two adjacent vowels fuse” (Mateus & Andrade (2000: 77))¹⁴.

Os exemplos (4), (6) e (7) mostram, quando comparados, que a atribuição do acento tem que ser, por um lado, após o apagamento da vogal temática ((4) *passeio*); mas, por outro, anterior à fusão das duas vogais (a VT e a vogal do sufixo: (6) *bati* e (7) *batia*). Observemos, por último, que (6) e (7) constituem, sem dúvida, dois casos em que a vogal /e/ é acentuada, constituindo também os únicos dois casos em que a mesma vogal é morfológicamente uma vogal temática e que se realiza como [i].

Mateus (1975), relativamente à manifestação da vogal temática da 2ª conjugação /e/ como [i] (ex. *batia*, *batíamos*) e à ditongação de /e/ em formas rizotónicas de verbos como *passear* (*passeio* ou *passeia*, por exemplo) defendia que, embora o contexto pareça ser o mesmo, no primeiro caso “trata-se da VT (/bat+é+a/), enquanto que no segundo estamos perante a “vogal do radical (/pasé+a/)” (Mateus 1975: 161-2); dito de outra forma, esta manifestação da vogal temática da 2ª conjugação como [i] poderá dever-se precisamente à sua condição morfológica.

A favor das análises que propõem /a/ como sufixo temporal das 2ª e 3ª conjugações para o Pretérito Imperfeito (Parkinson e Iliescu & Mourin), poder-se-iam invocar os argumentos que se seguem, apresentados em análises do sistema verbal do PE, nomeadamente, dos autores atrás citados:

i) o apagamento da vogal temática restringe-se aos tempos presentes; a vogal temática não é suprimida nos tempos passados (cf. entre outros, Mateus & Andrade (2000: 75));

¹⁴ Também o sufixo de Pretérito Perfeito é considerado extra-métrico (cf. Andrade (1988) 1994: 123), ou seja, não acentuável.

ii) nos tempos passados a vogal temática é sempre acentuada (cf. Mateus & Andrade (2000: 77), afirmação que, contudo, não será verdadeira de acordo com os dados de Castro Laboreiro;

iii) na 2ª e 3ª conjugações, a vogal temática é seguida da vogal do sufixo TMA; sendo esta última uma cava lexical, i.e., inacentuável nos tempos passados, a vogal temática não é apagada e recebe acento (cf. Mateus & Andrade ((2000: 77), afirmação que também não será verdadeira de acordo com os dados de Castro Laboreiro;

iv) considerando /va/ e /a/ como alomorfes para o Imperfeito do Indicativo, o resultado da análise acentual proposta em (iii) para o PE standard continua correcto¹⁵.

Contudo, esta proposta, se unicamente formulada em termos do sufixo TMA, não resolve o problema da realização da VT da 2ª conjugação como [i].

É possível defender que se trata de um /e/ cuja realização depende da sua qualidade morfológica; na verdade, não constituiria este um caso isolado de comportamento 'idiossincrático' de uma VT no Português – lembremos o Pretérito Perfeito dos verbos da 1ª conjugação, também este último, de algum modo, resultado de uma evolução histórica¹⁶. De resto, o argumento da motivação histórica passível de encontrar-se na proposta que defende /ia/ como sufixo para o Pretérito Imperfeito do Português¹⁷ parece poder servir de igual forma para justificar a manifestação desta VT como /i/¹⁸.

¹⁵ Andrade alerta para este aspecto na sua análise, deixando implícita a proposta que aqui reiteramos: "nesta análise, qualquer que seja o número de alomorfes considerado para o Imperfeito do Indicativo – /va/ e /a/ ou somente /va/ – o resultado é sempre correcto" (Andrade (1988)1994: 121).

¹⁶ Lembremos que as formas de P4 de Pretérito Perfeito da 1ª conjugação (ex. *amámos*) parecem constituir o único caso de [a] antes de nasal; ao contrário do que acontece na 1ª conjugação, nas 2ª e 3ª conjugações existe identidade formal entre as formas de P4 de Presente e de Pretérito Perfeito do Indicativo (*bebemos, partimos*), o que significa existirem dois paradigmas conjugacionais para o Pretérito Perfeito do Indicativo em PE, que opõem a 1ª conjugação às 2ª e 3ª. Os trabalhos que se têm ocupado da qualidade da VT da 1ª conjugação no Pretérito Perfeito do Indicativo, quer numa perspectiva sincrónica, quer numa perspectiva diacrónica, têm sublinhado a condição morfológica desta vogal, responsável pela sua realização (cf. Soalheiro 2002: 119 e sgs).

¹⁷ É possível ver na proposta de sufixos de Pretérito Imperfeito do Indicativo de Mateus & Andrade (2000) alguma motivação histórica, na medida em que "Já no latim vulgar existia apenas uma terminação no imperfeito para a 2ª, 3ª e 4ª conjugações latinas, visto que "-iebam > -ebam, i.e., o imperfeito da conjugação de tema em *i* tinha de coincidir com o da conjugação de tema em *e*" (Huber (1933) 1986, 236, § 394). Por outro lado, sabemos existir uma relação morfológica entre Imperfeito do Indicativo e Condicional, este último derivado, em Português e muitas outras línguas românicas (Galego, Castelhana, Catalão, Francês, Provençal, Italiano) de uma forma perifrástica formada pelo Infinitivo do verbo principal e o Pretérito Imperfeito do verbo HABERE – *ia*, já em Latim Vulgar (cf. Williams ((1891) 1991: 212, § 173); Nunes ((1919) 1989: 319-20, § 45); Huber ((1933) 1986: 234-5, § 392).

¹⁸ Historicamente, em exemplos como *nomiávamos*, "não se deu a ditongação (...) porque ao tempo da sua introdução entre nós (finais do séc. XVI) já neles o *e* tinha evoluído em *i*, devido a encontrar-se em hiato" Nunes ((1919) 1989: 47). Não esqueçamos que, historicamente, várias conjugações latinas se fundiram numa só. Para além disso, a resolução deste hiato do morfema do

Por outro lado, o facto de serem aproximadas as 2ª e 3ª conjugações, dada a realização da VT /e/ como [i] não se reveste de particular excentricidade no sistema verbal Português: o mesmo acontece no Particípio Passado, onde aliás a mesma vogal é acentuada. Aliás, Mateus e Andrade, ao descreverem a estrutura do verbo português, afirmam existirem dois radicais derivacionais: o radical derivacional do Infinitivo e o radical derivacional do Particípio Passado, uma vez que estes dois radicais são distintos no caso da 2ª conjugação, que apresentará /i/ como VT neste último radical (cf. Mateus & Andrade (2000: 74)). Ou seja, o processo de fusão proposto pelos autores, tendo conseguido resolver o ‘problema’ no Pretérito Imperfeito e nas P1 e P3 do Pretérito Perfeito, deixa como singular (ou, se quisermos, ‘idiossincrático’, dentro do sistema verbal) o Particípio Passado.

Parece, pois, possível defender como argumento a favor das análises que propõem /a/ como sufixo de Pretérito Imperfeito para as 2ª e 3ª conjugações que:

v) a manifestação da vogal temática da 2ª conjugação (e) como [i] no Pretérito Imperfeito (ex. *batia*) pode explicar-se pela sua condição morfológica, historicamente motivada: a fusão das 2ª e 3ª conjugações neste tempo verbal.

Uma variante deste argumento é considerar muito simplesmente que a VT do Pretérito Imperfeito do Indicativo em Português seja /i/ e não /e/. Acrescente-se, aliás, que:

vi) existe um parentesco genético com o Galego, língua em que, no tempo verbal correspondente – o “indicativo copretérito” – se consideram dois sufixos em distribuição complementar, /ba/ (1ª conjugação) e /a/ (2ª e 3ª conjugações), considerando-se /i/ a vogal temática para as duas últimas conjugações [Alvarez et al. 1989: 313]¹⁹; de resto, o mesmo acontece em Castelhana.

Afirmando que “The second and third conjugations are closely linked, in opposition to the first, by being non-productive and metaphonic, as well as by the frequent neutralisation of the contrast between their thematic vowels, for instance in the past participle in *-ido* (inherited in the third conjugation, replacing older *-udo* in many second conjugation verbs) and in the imperfect indicative and present

Imperfeito do Indicativo não é única na história da língua: “Casos há, porém, em que se não deu a ditongação, mas apenas a troca do *e* por *i*; é o que se nota, entre outros, nestes vocábulos (...) *-ia* dos imperfeitos” (Nunes (1919) 1989: 47, § 20). “Já no latim vulgar existia apenas uma terminação no imperfeito para a 2ª, 3ª e 4ª conjugações latinas, visto que *-iebam* > *-ebam*, i.e., o imperfeito da conjugação de tema em *i* tinha de coincidir com o da conjugação de tema em *e* [Huber (1933) 1986, 236, § 394]. “A queda do *b*, que ocorreu cedo, teria dado, portanto, origem a um hiato em que o *e* teve de se transformar em *i*: *-ea* > *-ia*; cf. *mea* > *mia*.” (Huber (1933) 1986, 236, § 394). De resto, na evolução das línguas românicas, a fusão das segunda e terceira conjugações não é um dado singular – em Português, aconteceu também nos participípios passados, e no Presente do Conjuntivo temos também fusão das duas conjugações. Acresce que, no panorama românico, no que diz respeito ao Imperfeito do Indicativo, várias são as línguas nas quais podemos verificar uma fusão de duas conjugações (2ª e 3ª) com uma vogal temática única *i*, a saber, para além das já citadas no texto, também o Ocitano e o Piemontês.

¹⁹ Os autores defendem a existência de neutralização entre estas duas conjugações (a favor da 3ª) em alguns tempos e pessoas verbais do verbo galego.

subjunctive forms.” (Parkinson *in* Harris 1988: 150). Parkinson apresenta, contudo, no quadro dos sufixos TMA do Português, a estrutura /mete+a/ (P3) para o Pretérito Imperfeito do Indicativo (Parkinson *in* Harris 1988: 153), pelo que acaba por não ficar claro se a VT /e/ se realiza como [i], dada a sua condição morfológica, ou se neste tempo verbal deveremos considerar /i/ como VT para os verbos da 2ª conjugação.

Iliescu & Mourin, propõem, inequivocamente, uma VT /i/ para ambas 2ª e 3ª conjugações no tempo verbal em questão, apresentando a estrutura R-í-a-Ø (R-VT-TMA-PN) para P3 (Iliescu & Mourin 1991: 199). Afirmam os autores que “*Contrairement à la distinction en trois conjugations à l’indicatif, il y a fusion des conjugations II et III avec une voyelle thématique unique i tonique en portugais, en espagnol, en catalan, en occitan et en piémontais; avec une voyelle i tonique à 1, 2, 3, et 6, mais prétonique à 4 et 5 en sarde.*” (Iliescu & Mourin 1991: 225)²⁰.

Ao descrever o sistema verbal do Catalão, Wheeler apresenta /i/ como VT do “past imperfective”, que, segundo ele, “reflects a widespread Romance morphological change” (Wheeler *in* Harris 1988: 184).

Ainda nesta mesma obra, relativamente ao Castelhana, diz Green “It is useful to distinguish a ‘theme vowel’ after the lexical stem, /-a-/ for the first conjugation and for the second /-e-/ or /-i-/, in a rather complicated phonological distribution” (Green *in* Harris 1988: 98).

Alcoba, ao descrever o verbo castelhano, chama igualmente a atenção para o facto de não haver motivo para estabelecer uma distinção entre a segunda e a terceira conjugações no Conjuntivo Presente e no Pretérito Imperfeito do Indicativo, existindo nestes dois tempos verbais unicamente oposição entre 1ª *versus* 2ª e 3ª conjugações (Alcoba *in* Bosque & Demonte 1999: 4927-8).

Observada, pois, no seio do sistema românico e no seio do sistema verbal do PE, no qual se verifica, em certos casos, a neutralização da oposição entre 2ª e 3ª conjugações a favor desta última, e tendo ainda em conta os dados de Castro Laboreiro, que mostram, relativamente à relação entre estrutura morfológica e acentuação, *não ser possível fazer depender da consideração que a vogal do sufixo traz um cavado lexical pré-atribuído o não apagamento da vogal temática* (cf. Mateus e Andrade 2000: 77), ou seja, que o apagamento da VT terá que estar sujeito a outro(s) tipo(s) de condicionamento, que não o de ser seguida de uma vogal métrica, como propõe Andrade ((1988) 1994: 121 e 123), parece justificada a consideração de uma VT /i/ para o Pretérito Imperfeito do Indicativo em Português. A ser assim, e mantendo que a VT só será apagada nos tempos do presente, como tem sido proposto por vários autores, os sufixos TMA de Pretérito Imperfeito do Indicativo em PE poderão ser descritos como /va/ (1ª conjugação) e /a/ (2ª e 3ª conjugações).

²⁰ No espaço românico, as formas observadas em Castro Laboreiro, bem como as formas análogas galegas, apresentam um padrão idêntico às do Sardo.

Bibliografia

- ÁLVAREZ, Rosario, X. L. REGUEIRA, e H. MONTEAGUDO 1989. *Gramática galega*. Sección de Gramática. Instituto da Língua Galega. Biblioteca Básica da Cultura Galega. Editorial Galaxia: Vigo, 2ª ed..
- ANDRADE, E. d' 1977. *Aspects de la Phonologie (Générative) du Portugais*. Lisboa: INIC.
- ANDRADE, Ernesto d' 1988. "O Acento de Palavra em Português". STACKEK, John J., ed. *Colloquium on Spanish, Portuguese and Catalan Linguistics*. Washington D.C.: Georgetown University Press: 17-37 (reed. em ANDRADE 1994: 107-130).
- ANDRADE, Ernesto d' & Bernard LAKS 1992. "Na crista da onda: o acento de palavra em Português". *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL-Colibri: 15-26.
- ANDRADE, Ernesto d' 1996a. "Na Onda do Acento". DUARTE, Inês & Isabel LEIRIA, orgs. *Congresso Internacional sobre o Português (1994)*, vol. I, Lisboa: APL-Colibri.
- ANDRADE, Ernesto d' & Bernard LAKS 1996b. "Stress and Constituency: The Case of Portuguese". DURAND & LAKS, eds. *Current Trends in Phonology Models and Methods*, CNRS, ESRI, Paris X: 15-41.
- ALGa – *Atlas Lingüístico Galego* 1990. Fundación Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa. Coord. e Red. Francisco Fernández Rei.
- BOSQUE, Ignacio & Violeta DEMONTE, dirs. 1999. *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Real Academia española & Fundación José Ortega e Gasset, Madrid: Espasa Calpe.
- HARRIS, Martin & Nigel VINCENT, eds. 1988. *The Romance Languages*. London & Sidney: Croom Helm.
- HUBER, Joseph (1933)1986. *Gramática do Português Antigo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ILIESCU, Maria & Louis MOURIN 1991. *Typologie de la Morphologie Verbale Romane*, Innsbruck.
- MATEUS, M. H. M. 1975. *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa: INIC.
- MATEUS, M.H.M. & Ernesto ANDRADE 2000. *The Phonology of Portuguese*, Oxford: Oxford University Press.
- NUNES, José Joaquim (1919)1989. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (Fonética e Morfologia)*. Lisboa: Clássica Editora.
- PEREIRA, Maria Fernanda Afonso Alves 1970. *O Falar de Soajo*. Dissertação de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- REI, Francisco Fernández (1990)1991. *Dialectoloxía da Língua Galega*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- SANTOS, Maria José de Moura (1960)1967. *Os Falares Fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da Revista Portuguesa de Filologia, vol. XII-XIV. Coimbra (trabalho apresentado em 1960 como Tese de Licenciatura à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).
- SOALHEIRO, Elisabete L. (2002). *Flexão Verbal em Português Europeu: Estudo de padrões flexionais no Português falado no Norte de Portugal com elementos de comparação com o Galego*, dissertação de mestrado em Língua Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VASCONCELLOS, José Leite de (1901)1987. *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisboa: INIC-CLUL.

- VIGÁRIO, Marina 2001. *The Prosodic Word in European Portuguese*. Dissertação de Doutorado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- VILLALVA, Alina 2000. *Estruturas Morfológicas – Unidades e Hierárquias nas Palavras do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia.
- WILLIAMS, Edwin Bucher (1891) 1991. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa* (1891) Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 4ª ed. (trad. Antônio Houaiss).